CONTRATO Nº 015/2026

CONTRATO CELEBRADO ENTRE O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ - DER/PI E A EMPRESA MAZZ VEÍCULOS LTDA, NA FORMA ABAIXO:

O Estado do Piauí, por intermédio do **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ (DER-PI)**, inscrito no CNPJ sob o no 06.535.751/0001-99, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, com sede Av. Frei Serafim, N. 2492, Centro, em Teresina, Piauí, neste ato por seu representante LEONARDO SOBRAL SANTOS, portador da Cédula de Identidade nº 5.xxx.813, inscrito (a) no CPF sob o nº 042.xxx.xxx-21; e a Empresa **MAZZ VEÍCULOS LTDA** com sede e foro na cidade de Teresina, Estado do Piauí, estabelecida à Rua Professor Valter Alencar, Nº 1738, Sala A, Macaúba, CEP: 64.019-808 inscrita no CNPJ sob o nº 18.318.945/0001-11, aqui representada por JORGE HAGEM MASUAD NETO, Empresário inscrito(a) no CPF sob o nº 058.xxx.xxx-44, portador(a) da carteira de identidade RG nº 27.xxx.23 SSP/PI, doravante denominada abreviadamente **CONTRATADA,** tendo em vista tendo em vista a homologação do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00016.000379/2026-26, com base na lei nº 14.133/2021 e suas alterações, nos princípios da teoria geral dos contratos, e nas condições estabelecidas no Edital e seus anexos, celebram o presente CONTRATO, nos termos e cláusulas que adiante seguem:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DO SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, NOS DEMAIS ANEXOS DO EDITAL E DE ACORDO COM A PROPOSTA DE PREÇOS, ASSIM DISCRIMINADOS:

Item	Objeto	Quant.	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual
4	**VEÍCULO TIPO PICK-UP 4x4, CABINE DUPLA, 4** portas, ar condicionado, Kit Multimídia, rádio FM/AM, entrada USB, farol de neblina, sensor de farol, computador de bordo, vidros elétricos traseiros, vidros elétricos dianteiros, bancos de couro ajuste elétrico, desemb. Traseiro, freios ABS, piloto automático, volante com regulagem de altura, travas	5	R$ 8.889,00	R$ 44.445,00	R$ 533.340,00

Avenida Frei Serafim • nº 2492 • Centro (Sul)
E-mail: derpi@der.pi.gov.br
Site: https://www.pi.gov.br/der/

www.pi.gov.br

	elétricas, airbag motorista, airbag passageiro, airbag lateral, controle de tração, distribuição eletrônica de frenagem, com Capacidade mínima de carga mínima 1000kg, (Zero KM) (sem motorista). GM S-10				
5	**VEÍCULO TIPO SUV**, Diesel, Potência mínima 170 cv, Câmbio automática com modo manual de 6 marchas, Tração mínima 4x4, Direção mínima elétrica ou hidráulica, Suspensão dianteira e traseira, freios à disco nas 4(quatro) rodas com dois discos ventilados Capacidade mínima 7 lugares, airbag motorista, alarme, freios ABS, airbag passageiro, airbag lateral, controle de tração, distribuição eletrônica de frenagem, ar- condicionado, travas elétricas, piloto automático, volante com regulagem de altura, entrada USB, rádio FM/AM, Kit Multimídia, bancos de couro, ajuste elétrico, vidros elétricos dianteiros, vidros elétricos traseiros, desemb. Traseiro, computador de bordo, sensor de farol, Farol de neblina, (zero km) (sem motorista). Toyota SW4	1	R$ 18.000,00	R$ 18.000,00	R$ 216.000,00
6	**VEÍCULO TIPO SEDAN EXECUTIVO**, Motorização mínima 1.0, Combustível Álcool e Gasolina, Potência mínima 80 cv, Torque mínimo				

Avenida Frei Serafim • nº 2492 • Centro (Sul)
E-mail: derpi@der.pi.gov.br
Site: https://www.pi.gov.br/der/

www.pi.gov.br

	(kgf.m) 9.3, Consumo mínimo cidade (km/l) 12,5, Câmbio automático mínimo de 5 marchas, Tração dianteira, Porta-Malas mínimo (L450, Capacidade para 5 ocupantes, airbag motorista, alarme, freios ABS, airbag passageiro, distribuição eletrônica de frenagem, ar condicionado, travas elétricas, vidros elétricos dianteiros, desemb. Traseiro, ar condicionado, travas elétricas, (zero km), (sem motorista). VW Virtus	1	R$ 4.249,00	R$ 4.249,00	R$ 50.988,00
			TOTAL	**R$ 66.694,00**	**R$ 800.328,00**

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do contrato, prorrogável por iguais períodos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. **O valor do presente Contrato mensal é de R$ 66.694,00 (sessenta e seis mil e seiscentos e noventa e quatro reais) e anual é de R$ 800.328,00 (oitocentos mil, trezentos e vinte e oito reais).**

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O referido valor total refere-se ao somatório de todos os itens constantes na Proposta de Preços, que deverão se fornecidos conforme especificações, quantidades e valores.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos para cobrir as despesas do objeto da Licitação estão consignados no Orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Piauí - DER/PI, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 46201.
Fonte: 500.
Programa de Trabalho: 26.122. 0109. 2000.

Avenida Frei Serafim • nº 2492 • Centro (Sul)
E-mail: derpi@der.pi.gov.br
Site: https://www.pi.gov.br/der/

Elemento de Despesa: 339039.
PI: 2000.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.
5.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal,mediante a apresentação pela contratada dos mesmos documentos que ensejaram a habilitação.
5.4. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da Ata, admitida a revisão quando houver desequilíbrio econômico-financeiro, devendo a Contratada comprovar tal situação em Sessão Pública a ser designada pela Administração.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. O prazo para iniciar a entrega dos itens será após a ordem de fornecimento**.**

8. CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

8.1. Será designado pelo DER/PI um Fiscal do Contrato, nos termos do art. 117 da lei nº 14.133, de 2021, que realizará a fiscalização e o acompanhamento do Contrato, devendo exercer as fiscalizações técnica e administrativa, cabendo-lhe exercer as seguintes atribuições previstas nos artigos 22 e 23 do Decreto Federal nº 11.246, de 2022, que regulamenta o §3º do art. 8º da lei nº 14.133/2021:
a) acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

Avenida Frei Serafim • nº 2492 • Centro (Sul)
E-mail: derpi@der.pi.gov.br
Site: https://www.pi.gov.br/der/

c) identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, emitir notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

d) informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

e) em caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, comunicar o fato imediatamente ao gestor do contrato;

f) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual;

g) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

h) caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, deverá atuar tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

8.2. O(a) Gestora do Contrato designado, caberá exercer as seguintes atribuições previstas no artigo 21 do Decreto Federal nº 11.246, de 2022, que regulamenta o §3º do art. 8º da lei nº 14.133/2021:

a) coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

d) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

e) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133,

Avenida Frei Serafim • nº 2492 • Centro (Sul)
E-mail: derpi@der.pi.gov.br
Site: https://www.pi.gov.br/der/

www.pi.gov.br

de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X);

f) elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

g) enviar a documentação pertinente ao setor pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto da licitação recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
9.1.1. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
a) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.
b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
c) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
d) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Avenida Frei Serafim • nº 2492 • Centro (Sul)
E-mail: derpi@der.pi.gov.br
Site: https://www.pi.gov.br/der/

e) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

g) promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir.

9.2.1. A comprovação da regularidade da contratada deverá ser observada mediante a apresentação dos mesmos documentos que ensejaram a habilitação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete INFRAÇÕES, nos termos da lei nº 14.133/2021 o licitante que:

a) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

b) não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

c) apresentar documentação falsa;

d) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

e) ensejar o retardamento da execução do objeto;

f) não mantiver a proposta;

g) cometer fraude fiscal;

h) comportar-se de modo inidôneo;

i) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

j) fraudar na execução do contrato.

10.2. O licitante/adjudicatário/Contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b) Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

d) Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos.

10.2.1. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário,

Avenida Frei Serafim • nº 2492 • Centro (Sul)
E-mail: derpi@der.pi.gov.br
Site: https://www.pi.gov.br/der/

www.pi.gov.br

observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

10.2.2. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.2.3. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Contrato poderá ser rescindido:

a) por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas na lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas na mesma lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

b) amigavelmente, nos termos da lei nº 14.133/2021.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na lei nº 14.133/2021.

11.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução do fornecimento sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em Lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina na lei nº 14.133/2021.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

Avenida Frei Serafim • nº 2492 • Centro (Sul)
E-mail: derpi@der.pi.gov.br
Site: https://www.pi.gov.br/der/

www.pi.gov.br

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na lei nº 14.133/2021 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. Para solucionar quaisquer questões oriundas deste Contrato, é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Teresina - PI.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme o presente contrato lavrado em três vias, assinam as partes abaixo.

Teresina – PI, 05 de maio de 2026.

LEONARDO SOBRAL SANTOS:04244978321
2026.05.05 10:12:37 -03'00'

LEONARDO SOBRAL SANTOS
Diretor Geral – DER/PI.

JORGE HAGEM MASUAD NETO:05868638344
Assinado de forma digital por JORGE HAGEM MASUAD NETO:05868638344
Dados: 2026.05.05 10:07:57 -03'00'

JORGE HAGEM MASUAD NETO
Representante Legal/MAZZ VEÍCULOS LTDA.

TESTEMUNHAS:

1. LUIZ CLAUDIO RIBEIRO LEITE:78773857300 Assinado de forma digital por LUIZ CLAUDIO RIBEIRO LEITE:78773857300 Dados: 2026.05.05 10:08:41 -03'00'
2.

Avenida Frei Serafim • nº 2492 • Centro (Sul)
E-mail: derpi@der.pi.gov.br
Site: https://www.pi.gov.br/der/

www.pi.gov.br

Fonte de Recursos	Próprio da Companhia
Signatários do contrato	Pela Contratante: Raimundo Nonato Palmeira Dias Junior Pela Contratada: Carlos Roberto da Silva Abrahao

Raimundo Nonato Palmeira Dias Junior

Diretor Presidente

Companhia de Terminais, Portos e Hidrovias do Piaui S/A– PORTO-PIAUI

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 12438, datada de 5 de maio de 2026.)

COMPANHIA DE TERMINAIS ALFANDEGADOS DO PIAUÍ

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/2024	
Nº do Processo Sei	00346.000163/2024-67 C/C 00346.000769/2026-64
Fundamento Legal	Art. 167 c/c art. 164 § 2° do RILCC da Investe Piauí e Lei n° 13.3033/2016
Contratante	COMPANHIA DE TERMINAIS, PORTOS E HIDROVIAS DO PIAUI S/A – PORTO-PIAUI
Contratado	M S DE SOUSA SANTOS VIGILANCIA LTDA – EPP
CNPJ do Contratado	14.093.210/0001-86
Resumo do Objeto do Aditivo Contratual	O presente aditivo ao Contrato 13/2024 é prorrogar o prazo de execução e vigência até o dia 30 de Maio de 2026 , em virtude das necessidades das entregas da Porto Piaui. A extensão do prazo se faz necessária para garantir a qualidade do trabalho a ser entregue, assegurando que todas os projetos desta companhia sejam devidamente cumpridos, de acordo com os termos estabelecidos no contrato inicial.
Assinatura	04/05/2026
Signatários do Contrato	Pela Contratante: **Raimundo Nonato Palmeira Dias Junior** Pela Contratada: **Magda Steffanny de Sousa Santos**
Fiscal do Contrato	Titular: Carlos Alberto Maciel Suplente: Francisco Eduardo Vieira do Nascimento

Raimundo Nonato Palmeira Dias Junior

Diretor Presidente

Companhia De Terminais, Portos E Hidrovias Do Piaui S/A – Porto-Piauí

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 12440, datada de 5 de maio de 2026.)

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2026

Publicação Extrato de Contrato 15/26 (0023932940) SEI 00016.000379/2026-26 / pg. 10

PROCESSO SEI Nº: 00016.000379/2026-26

MODALIDADE: Adesão a ARP n° 07/2025-ALEPI, decorrente do Pregão Eletrônico Nº 07/2025-ALEPI.

UNIDADE GESTORA: 46201 – DER

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021

CONTRATANTE: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ (DER-PI). CNPJ: 06.535.751/0001-99.

CONTRATADA: MAZZ VEÍCULOS LTDA. CNPJ Nº: 18.318.945/0001-11.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DO SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, NOS DEMAIS ANEXOS DO EDITAL E DE ACORDO COM A PROPOSTA DE PREÇOS, CONFORME DISCRIMINADO NA CLAÚSULA PRIMEIRA ITEM 1.1.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato.

DATA: 05 de maio de 2026.

VALOR:

ANUAL: R$ 800.328,00 (oitocentos mil, trezentos e vinte e oito reais);

MENSAL: R$ 66.694,00 (sessenta e seis mil e seiscentos e noventa e quatro reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Gestão/Unidade: 46201. Fonte: 500. Programa de Trabalho: 26.122.0109.2000. Elemento de Despesa: 339039. PI: 2000.

NOTA DE RESERVA: 2026NR00241.

RESERVA ORÇAMENTÁRIA: 2026RO05108.

ASSINATURAS: Leonardo Sobral Santos (Diretor Geral do DER/PI) e Jorge Hagem Masuad Neto (Representante Legal/ MAZZ VEÍCULOS LTDA.)

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 12441, datada de 5 de maio de 2026.)

COORDENADORIA ESTADUAL DA JUVENTUDE - COJUV-PI

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 093/2026/COJUV

Conforme constam nos autos do Processo SEI nº 00343.000334/2026-40, sob a forma de Justificativa, RATIFICO-A em todos os seus termos, com fulcro no art. 74, inciso II, da Lei nº

Publicação Extrato de Contrato 15/26 (0023932940) SEI 00016.000379/2026-26 / pg. 11